

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
Doutorado em Economia

Trabalho de Conclusão de Curso (Disciplina)

INTERPRETAÇÕES DO BRASIL
Prof. Dr. João Manoel Cardoso de Mello

2001 / I

Florestan Fernandes e “A Revolução Burguesa no Brasil”

Alunos

Davi Antunes

Vera Cêpeda

Antônio Cruz

Eduardo Mariutti

Marcelo Proni

Paulo Sinisgalli

Campinas, junho de 2001

Índice

1. Apresentação.....	2
2. Introdução.....	2
3. A síntese de “A Revolução Burguesa no Brasil”	7
<i>Capítulo 1 – Questões preliminares de importância interpretativa.....</i>	9
<i>Capítulo 2 – As implicações sócio-econômicas da independência.....</i>	10
<i>Capítulo 3 – O desencadeamento histórico da revolução burguesa.....</i>	11
<i>Capítulo 4 – A formação da ordem social competitiva (fragmentos).....</i>	12
<i>Capítulo 5 – A concretização da revolução burguesa..</i>	17
<i>Capítulo 6 – Natureza e etapas do desenvolvimento capitalista.....</i>	19
<i>Capítulo 7 – O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista.....</i>	23
4. Notas sobre a reflexão da crítica.....	25
5. Bibliografia.....	28

Florestan Fernandes e “A Revolução Burguesa no Brasil”

*Davi Antunes, Vera Cêpeda. Antônio Cruz,
Eduardo Mariutti, Marcelo Proni, Paulo Sinisgalli*

1. Apresentação

O presente trabalho resultou das discussões empreendidas pelo grupo de doutorandos em economia da Unicamp, acima, como tarefa do curso “Interpretações do Brasil”, ministrado pelo Prof. João Manoel Cardoso de Mello, em 2001/l.

Este escrito sintetiza o trabalho de diversas reuniões de discussão realizadas em torno da obra do Prof. Florestan Fernandes, em especial do livro indicado pelo Prof. João Manoel, “*A Revolução Burguesa no Brasil*” (Rio de Janeiro: Zahar Editores, edições diversas). Ao longo de nosso “seminário de grupo” produziram-se diversos escritos individuais, que buscavam subsidiar nossa discussão, sintetizando partes do livro ou de outras publicações do próprio Prof. Florestan, bem como – ainda – de comentaristas de sua obra.

Eis, portanto, uma produção coletiva, fruto de uma discussão rica sobre a obra estudada e que busca compreender, com a devida profundidade, as questões colocadas pelo pensamento sociológico de Florestan Fernandes.

2. Introdução – o objeto e o método

“*A Revolução Burguesa no Brasil*” constitui um marco decisivo na produção bibliográfica de Florestan Fernandes, segundo seus comentaristas e mesmo ele próprio. O livro busca reescrever a história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as formas específicas de estruturação econômica, social e política do país,

desde a Independência até o período do Regime Militar, na segunda metade do Século XX.

O problema central levantado por Florestan Fernandes (em torno do qual outras questões relevantes e polêmicas são levantadas e atacadas a partir do método que ele privilegia) é o caráter, a estrutura e a dinâmica das formas de dominação na sociedade brasileira e de desenvolvimento do capitalismo, a partir de sua autonomização em relação à metrópole colonial (Independência, 1822) e as formas específicas como a burguesia brasileira (a) se formou, (b) ascendeu ao status de classe dominante e (c) exerceu essa dominação. Seu objetivo é, a partir da análise histórica, buscar os cenários possíveis de futuro e as perspectivas e possibilidades de ação para a transformação da sociedade brasileira em direção a um país independente e soberano, com desenvolvimento econômico e justiça social, o que para ele significa uma sociedade socialista.

Antes de descrevermos com mais precisão as teses construídas especificamente no livro estudado, convém analisar a *démarche* utilizada por Florestan Fernandes, que delimita o problema e o foco de sua análise.

Embora certos comentaristas ampliem o leque de “influências” exercidas sobre nosso autor, a leitura de seu texto permite perceber com clareza três influências teóricas e uma flexão de caráter “ético-prático” (se assim se pode dizer) em sua obra:

1. sobre a última característica, que é essencial, fica expresso o compromisso militante socialista de Florestan Fernandes em sua análise, com a clara preocupação de que tal orientação ideo-política não se sobreponha ao caráter científico de suas análises, mas ao contrário, de que sua contribuição para a transformação da sociedade brasileira seja – justamente – a análise científica rigorosa dos processos sociais a partir da “*abstração do concreto pelo pensamento*”, de forma que suas investigações permitam aos agentes sociais orientarem suas ações de forma coerente em relação aos processos em curso.

2. das influências teóricas, a primeira vem da sociologia clássica europeia, notadamente dos escritos de Durkheim, Weber e Mannheim (Marx constitui um “capítulo à parte” em sua influência). Ainda que o eixo de sua *démarche* não se encontre nesses autores, suas categorias teóricas, as problemáticas focadas e parcialmente seus métodos de análise são incorporados por Florestan Fernandes enquanto contribuições que podem dialogar, vez por outra, com o eixo dialético (materialista-histórico) de suas análises. Sobressaem-se as categorias de Durkheim em torno das relações simbólicas e da integração dos grupos sociais, a concepção weberiana de poder e de estruturas de poder e o historicismo radical de Karl Mannheim, que busca situar todas as relações sociais em torno do contexto histórico em que se produzem.
3. um segundo elemento chave para a compreensão da obra de Florestan Fernandes, é a influência do pensamento social brasileiro, que lhe serve de objeto privilegiado à crítica. Ao buscar fundar uma releitura original da história do Brasil, a obra de Florestan dialoga – de forma elegante, diga-se de passagem – com os autores que o precederam. Se as obras de Sérgio Buarque de Holanda e (com mais vigor) Caio Prado Jr., por exemplo, exercem decisiva influência, o fazem à medida que seus equívocos e suas imprecisões de método, na leitura de Florestan, precisassem ser superados. De outra parte, o pensamento conservador – como de Gilberto Freyre, Oliveira Vianna ou Alberto Torres, por exemplo – aparece como um interlocutor adversário a ser enfrentado no campo das idéias.
4. finalmente, a principal influência no método de Florestan: o marxismo, em sua vertente não-dogmática e não-economicista, defendida pelos intelectuais fundadores da III Internacional (antes, portanto, de sua dogmatização: Lênin, Trotski, Gramsci, Rosa Luxemburgo, Lukács em sua fase revolucionária [*“História e Consciência de Classe”*]); em outras palavras, o marxismo que procura articular os processos econômicos e sociais aos processos político-ideológicos sem pressuposição de pré-determinação entre uns e outros, acentuando a relação dialética na análise da totalidade histórica de cada período.

É a partir desse conjunto de influências teóricas e de pressupostos práticos que Florestan Fernandes define seu método e empreende sua investigação, cujo marco mais acabado parece ser justamente *“A Revolução Burguesa no Brasil”*.

Retornando então ao percurso de Florestan em torno do objeto do livro, podemos – com mais clareza agora – descrever suas teses principais e a concepção metodológica que orienta sua análise.

Como afirmávamos, a obra busca uma releitura da história do Brasil feita a partir das influências teórico-metodológicas do autor.

O conceito de *“determinação histórica”* aparece, ali, de forma diferenciada da maioria dos escritos marxistas anteriores sobre a sociedade brasileira: aparece enquanto *constructo in abstracto*, isto é, não no sentido de que “as coisas aconteceram por que estava determinado que fosse assim”, mas no sentido de que “o que ocorreu, ocorreu porque tais e tais fatores se combinaram desse jeito específico, e não de outro, fazendo com que isto fosse assim”. Em outras palavras: os condicionamentos históricos abrem possibilidades de cenários (ao mesmo tempo que excluem outras possibilidades). O resultado do processo advém de uma teia complexa de elementos, e daí a necessidade de uma análise que privilegie a *totalidade histórica* de cada período: a forma específica como se combinam elementos econômicos, sociais, políticos, culturais, tanto no plano interno quanto no plano externo à sociedade brasileira; a forma como se imbricam estruturas arcaicas e elementos novos e/ou inovadores etc. e – sobretudo – as relações dialéticas que se compõem nesse conjunto complexo de fatores.

É daí que Florestan constrói suas noções de *“dupla articulação”* e de *“circuito fechado”*, para descrever as relações entre as estruturas internas e externas, por um lado, e as relações entre o antigo e o novo, por outro, no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na construção histórica do poder da burguesia brasileira, de onde vai derivar, ainda, a idéia de que no caso brasileiro o conceito de “revolução burguesa” precisaria tomar um significado conceitual distinto do modelo eurocêntrico.

É assim, por exemplo, que Florestan defende a tese de que as relações de poder entre as classes sociais no Brasil e o desenvolvimento do capitalismo estavam relacionadas ao desenvolvimento do sistema capitalista em geral e às relações de poder entre a classe dominante brasileira e as burguesias dos países centrais, em cada período. Isto é: os processos internos não eram *determinados* pela lógica externa, mas esta os delimitava, condicionava ou mesmo induzia a certas formas específicas de ação no espaço das forças internas. Teria sido o caso, por exemplo, das implicações históricas contraditórias entre a manutenção do padrão escravista de produção – internamente – e a dinâmica de expansão do mercado capitalista, no século XIX; ou ainda, da expansão do capitalismo no pós-II guerra e a continuidade de um modelo de desenvolvimento de bases nacionais/estatais, ensaiado no período Vargas.

Mas por outro lado, a forma específica como estes desdobramentos externos repercutiam no Brasil, resultava por sua vez da forma específica como eram internalizados em função da experiência histórica nacional anterior. Por exemplo, a maneira como o liberalismo tornou-se a ideologia dominante no século XIX no Brasil, como proposta de “liberdade, igualdade e fraternidade” restringida a quem detivesse algum patrimônio, estendendo-se portanto em sua forma econômica (de liberdade de comércio etc.), mas estrangido em sua forma política; ou ainda a forma igualmente específica como o *poder autocrático burguês* estruturou-se após 1964, resguardando os privilégios dos proprietários rurais, já diminuídos no bloco de poder, em relação à legislação trabalhista no campo.

A *dupla articulação* entre o nacional e o estrangeiro, entre o velho e o novo, proporia, então, um *circuito fechado*, onde as correntes elétricas da história produziram a tensão entre pólos que são a um só tempo distintos entre si e ligados por suas relações dialeticamente interdeterminadas.

Daí, a partir dessa *démarche*, a cada período histórico analisado, Florestan afasta a aplicação pura e simples de modelos teóricos fechados quaisquer, e procura construir – a partir dos fatos que emergem à superfície dos acontecimentos históricos – a trama sociológica que explica, na sua leitura, as determinações históricas (no sentido que já precisamos) daqueles acontecimentos.

É assim, como já dissemos, que ele ataca o problema central de seu livro: a revolução burguesa no Brasil (e por conseguinte, o desenvolvimento do capitalismo em nosso país). Ele procura demonstrar que, ao contrário dos processos europeus, a forma específica como a burguesia brasileira surgiu e se afirmou mais tarde como classe dominante, esteve, desde sempre, condicionada pela dupla articulação entre: (a) a existência de centros de poder político nacionais (internalizados a partir da Independência) e relações de dependência econômica entre a classe dominante brasileira e os centros econômicos internacionais, e (b) a herança patrimonialista representada pelo colonialismo e pela escravidão e ao mesmo tempo a construção de um mercado interno grande e dinâmico o suficiente para impulsionar o desenvolvimento de uma economia capitalista importante no cenário internacional.

Sem que esses pólos sejam considerados dicotômicos, mas ao contrário, dialeticamente contraditórios, a revolução burguesa no Brasil – para Florestan Fernandes – não constituiu um episódio histórico, mas um processo de longa duração em que a burguesia brasileira orientou-se invariavelmente (o que não significa que não poderia ter sido diferente) pela opção de conservar seu poder político sem perder suas vinculações com o poder econômico representado pelas burguesias do centro do capitalismo. Em outras palavras, processos sucessivos de modernização conservadora.

O Golpe de Estado de 1964 deu continuidade a esse padrão, à medida que seu objetivo não era uma revolução nacional, isto é, seu objetivo não era aprofundar a democracia e a justiça social, mas ao contrário, garantir à burguesia brasileira as condições políticas necessárias para derrotar as forças sociais que internamente se opunham ao modelo de dependência econômica, e ao mesmo tempo, garantir o estreitamento entre os interesses do grande capital nacional e internacional.

3. A síntese de “A Revolução Burguesa no Brasil”

“*A Revolução Burguesa no Brasil*”, cujos escritos se completaram em 1974, está dividido em três partes, que obedecem formatos e objetivos distintos. A primeira parte (“*As Origens da Revolução Burguesa*”) procura localizar a gênese da burguesia brasileira e seus primeiros movimentos em direção ao poder de classe; a segunda parte (“*A Formação da Ordem Social Competitiva – fragmentos*”) procura precisar a forma específica como o capitalismo iniciou seu desenvolvimento e depois se consolidou no Brasil; a terceira parte (“*Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente*”), analisa o caráter, a estrutura e a dinâmica histórica do capitalismo no Brasil e do poder de classe exercido pela burguesia brasileira.

Introdução

Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes faz uma afirmação categórica: a implantação da civilização ocidental moderna no Brasil é a Revolução Burguesa brasileira. Partindo desta perspectiva, Florestan expande o recorte temporal e o escopo do *conceito de revolução burguesa*: uma revolução burguesa não pode ser identificada exclusivamente a um processo cronologicamente rápido, que se caracteriza fundamentalmente pela conquista do Estado pela burguesia. Portanto, tendo em vista estes novos limites, compreender a Revolução Burguesa na Brasil é compreender como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura no interior da antiga ordem senhorial e escravocrata, ordem que tem suas origens na integração do território brasileiro nas malhas do antigo sistema colonial.

Para ele, quatro ordens de fatores condicionaram esta mudança (da sociedade colonial à sociedade nacional):

- Um processo político: a Independência
- Dois tipos humanos: o fazendeiro de café e o imigrante
- Um processo econômico: mudança no padrão de relação com o capital estrangeiro

- Um processo sócio-econômico: expansão e universalização da ordem competitiva.

Assim, o ponto de partida da investigação é, exatamente, o estatuto colonial: suas implicações sociais, econômicas e culturais. Trata-se, portanto, de conceber a ordem social competitiva – o resultado final da revolução - como o produto da *crise do sistema colonial*.

Capítulo 1 – Questões preliminares de importância interpretativa

A interpretação sobre a Revolução Burguesa no Brasil consiste, em última instância, na análise de como se processou a absorção de um novo padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura; consubstanciado na universalização do trabalho assalariado e, como já adiantamos, na expansão da ordem social competitiva. Assim, falar em Revolução Burguesa no Brasil significa procurar os *agentes humanos* das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. Esta revolução, de acordo com Florestan, foi plasmada pelos interesses de uma *burguesia em formação e em expansão*, e deu origem a uma transformação que se manifestou em 3 níveis concomitantes: (1) Economia; (2) Sociedade e (3) Estado.

O Sistema Colonial organizava-se, fundamentalmente, para drenar as riquezas do território brasileiro “para fora”, envolvendo a produção de mercadorias exportáveis de alto valor unitário final e de baixo custo (emprego do trabalho escravo na colônia, articulado às imposições da Coroa e aos “mecanismos de apropriação de terras”). Em consonância com esta orientação, as fases essenciais do processo econômico - financiamento, transportes, estocagem, refinamento, etc.- eram realizadas *fora* da colônia. Esta orientação implicou conseqüências importantes para a estrutura da sociedade colonial:

- (1) Apesar de os mecanismos do sistema colonial exigirem uma elevada concentração de renda na colônia, em termos relativos, a parcela dos

rendimentos que ficavam nas mãos dos “agentes econômicos internos” era muito pequena.

- (2) Uma “tradição extra-econômica pesada” envolvia a colônia: o Senhor de Engenho, por exemplo, tendia a comportar-se como um autêntico *soldado da fortuna*: o lucro e o risco calculado não exprimiam o que ele perseguia. Do seu ponto de vista, o ganho econômico não era um fim em si. Ele era importante por propiciar poder e prestígio. Sua magnitude deveria ser proporcional à dimensão da audácia e da aventura empreendida para conquistá-lo.
- (3) Como o Sistema Colonial orientava a vida material da colônia para fora, “ele não previa, senão dentro de limites estreitos e tênues, as constituições institucionais apropriadas para a *organização interna do fluxo de renda*”. (p.24)

Assim, apesar da plantação ser orientada para a exportação e operar em grande escala, o próprio funcionamento do sistema colonial impedia o desenvolvimento de um mercado interno vigoroso na colônia e a criação de circuitos de renda de base nacional. Para exemplificar, Florestan Fernandes afirma que o Senhor de Engenho *não era burguês*: sua atividade resumia-se à forma assumida pela apropriação colonial, ocupando uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária (realizado no mercado europeu, fundamentalmente) – “*sua função não tinha nada que ver com o lucro*” (p. 17).

Capítulo 2 – As implicações sócio-econômicas da independência.

As unidades produtivas implantadas na América Portuguesa foram, fundamentalmente, erigidas com *propósitos comerciais*. Contudo, apesar desta orientação básica, a grande lavoura teve de adaptar-se às *formas de apropriação colonial*. Esta “adaptação” tendeu a constranger os móveis capitalistas, em dois planos: (1) *Material* – simplesmente *isolando* o produtor do núcleo dos circuitos de mercantilização; (2) *Cultural* - subordinando os agentes “econômicos” da colônia a uma concepção tradicionalista de vida, cristalizada na *dominação patrimonialista*. Em outros termos: a mentalidade do produtor colonial era muito mais próxima da

mentalidade dos agentes da Coroa e das Companhias Mercantis. Este universo mental, ao impor a condição de “parceiro nas colônias” ao produtor, continha o seu eventual engajamento na luta pela Independência.

Portanto, era o contexto sócio-econômico do sistema colonial que bloqueava os móveis capitalistas, e *não a grande lavoura em si*. Florestan formula esta hipótese após observar que, depois da ruptura do estatuto colonial, a grande lavoura foi a *primeira esfera de reelaboração dos móveis de ação econômica capitalista*. Com a expansão da lavoura, os Senhores foram arrancados do isolamento, começaram a perceber seus interesses comuns, secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais. Em poucas palavras: as forças que engendraram o Estado Nacional implicaram no *solapamento do tradicionalismo*.

Capítulo 3 – O desencadeamento histórico da revolução burguesa

Segundo Florestan Fernandes, em sua fase de formação, a burguesia no Brasil não se comportava como uma classe propriamente dita, mas, fundamentalmente, como uma espécie de *congrégie social*, permeada por distinções e padrões estamentais, mas que tendiam a aglutinar-se pela maneira pela qual polarizavam socialmente certas utopias (Mannheim), isto é, do modo como reagiam às “ocorrências de uma sociedade na qual imperava a violência como técnica de controle do escravo”, aos fundamentos do patrimonialismo e da dominação senhorial e, por fim, à emergência de movimentos inconformistas (antiescravismo, por exemplo).

As cidades com maior densidade populacional estiveram na vanguarda da crítica das “desumanidades” da dominação senhorial, desaprovando a violência ao defender, inicialmente, a *condição humana do escravo*, e, em seguida, por intermédio de um “repúdio aberto à escravidão”. Apesar disto, a integração desigual do Brasil na economia mundial – exportação de gêneros primários e importação de manufaturados - nunca foi posta em questão. O grande segredo da etapa inicial da Revolução Burguesa no Brasil foi realizar os ajustes no Estado e na Economia

Nacional *dentro da ordem*, nos dois aspectos. Interno: preservando a desigualdade social e o bloqueio do acesso da maior parte da população à sociedade civil; Externo: reestruturando os antigos laços coloniais por novas formas de articulação, capazes de combinar o caráter periférico de nossa inserção internacional com o novo estatuto político, isto é, um Estado “soberano”.

O desenvolvimento histórico ulterior – da passagem da sociedade colonial à nacional – delimitou a formação de um complexo combinado entre “mercado externo”, “mercado interno” e “crescimento econômico dependente”, caracterizado por:

- *Preponderância da exportação;*
- *Importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola;*
- *Dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico.* (p. 87)

A ampliação do mercado engendrada pelo desenvolvimento (lento, mas progressivo) desses elementos, levou ao (a) crescimento das atividades do mercado interno e (b) à formação de excedentes reconversíveis ao novo setor econômico, sem que esses fatores ameaçassem, contudo, os pilares do modelo, acima elencados.

A superação da condição de mera economia semi-colonial em direção à condição de economia periférica ou dependente (no período subsequente, ou seja, no último quartel do século XIX), por outro lado, não resultou apenas de coerções exercidas pelas economias centrais, mas da ação combinada de fatores históricos de natureza econômica e sócio-política, a saber: (a) as mudanças provocadas pela autonomização política gerada pela Independência; (b) a natureza das relações com o capitalismo internacional em suas especificidades nacionais, ou seja, da persistência do padrão societário escravista e patrimonialista ainda por um longo período; (c) da forma específica como antigos atores sociais re-configuraram seus papéis (fazendeiros de café) e como novos atores se inseriram no processo econômico e social (imigrantes), alterando o cenário histórico em seu todo.

Capítulo 4 – A formação da ordem social competitiva (fragmentos)

A transição de uma ordem econômica, social e política colonial para os padrões capitalistas ocorreu por uma imposição externa, mais do que propriamente por um desenvolvimento interno, mesmo porque havia resistência à adoção deste dinamismo econômico do mercado mundial, embora a burguesia brasileira – notadamente aquela originada dos fazendeiros de café e entre os imigrantes – tenham tirado proveito dessa conversão.

As estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial procuraram manter a dominação da política interna, frente às imposições dos “centros hegemônicos externos”. Era a aristocracia agrária dos tempos coloniais que procurava resguardar as estruturas políticas, a integridade territorial e a autonomia no crescimento econômico.

Neste capítulo do ensaio foram analisados três tópicos relevantes:

- a) *As condições, tensões ou inconsistências da ordem social escravocrata e senhorial que converteram a competição em fator dinâmico da vida social;*
- b) *Natureza e efeito dos processos econômicos e socioculturais que provocaram a emergência, a universalização e a consolidação da ordem social competitiva;*
- c) *Caracteres estruturais e funcionais da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente e sua significação para a eclosão de um estilo especial de Revolução Burguesa. (p: 151).*

Ordem Social Escravocrata e Senhorial

A ordem social colonial absorvia as tensões provocadas pela competição, mas sem que fosse um processo percebido ou valorizado. A competição existia na constante luta pelo aumento de riqueza, de prestígio e poder, entre os grupos ou

chefes, constituindo, pois, um componente estrutural e dinâmico, mas que era subordinada às tradições de mando, obediência e solidariedade moral.

Três tensões da ordem escravocrata e senhorial que foram os germes da desagregação:

- 1) contradição entre fundamentos materiais e legitimação formal do status senhorial;
- 2) incongruências entre *status* atribuído e *status* real nos estamentos intermediários;
- 3) conflito axiológico existente entre as normas ideais e as normas práticas dos papéis sociais.

Estas tensões proporcionaram a mudança da sociedade que tomou como base a sua própria estrutura e os dinamismos internos.

A primeira tensão representava a passagem da condição de status senhorial para a condição burguesa. O comportamento econômico do senhor incorporou o espírito capitalista com base em duas condicionantes: (a) que a sua posição-chave possibilitasse um controle da economia e da sociedade; e (b) que o seu poder não fosse suficiente para alterar os dinamismos, as flutuações e as pressões do mercado mundial, mas que tivesse influência nas estruturas internas da sociedade nacional. Portanto, os dinamismos econômicos internacionais alteraram definitivamente a estrutura econômica, social e política colonial e neocolonial e colocaram em cheque a competição pessoal ou grupal por riqueza prestígio e poder, ainda que isto acontecesse em meio às condições de dominação patrimonialista.

A segunda tensão nascia do fato de que o poder político convergia para os que possuíam autoridade suprema na estrutura da família patriarcal e da dominação patrimonialista. As exigências políticas e econômicas modernas colocavam os estamentos intermediários no tope de várias ocupações e dentro do campo social de seleção das elites.....Neste sentido, os estamentos intermediários foram compelidos a transcender os limites anteriormente impostos.

Por fim, a revolução pelos costumes teve ampla importância no contexto histórico-social da emancipação nacional, no sentido de negar e destruir a ordem escravocrata e senhorial. Entretanto, esta revolução ocorreu dentro da ordem

tradicional, pois não surgiram forças que a enfrentassem estruturalmente. Dentro deste contexto, a escravidão foi a bandeira utilizada para a reformulação desta ordem, e não contra ela.

Assim, a instauração da ordem social competitiva foi minada pelas bases psicológicas da vida moral e política escravocrata-patrimonialista, tornando difícil a individualização social como fundamento da vida em sociedade. Porém, a nova ordem mundial capitalista continuaria tensionando essas relações em direção a uma mudança comportamental efetiva. Esse padrão de comportamento se vinculou a processos que inibiram e perturbaram o desenvolvimento do regime de classes ou mantiveram indefinidamente padrões de comportamento e de relação social variavelmente pré e anticapitalista, diante de um horizonte cultural que ainda orientava o comportamento econômico capitalista para a continuação dos privilégios tradicionais.

Ocorreu, portanto uma acomodação entre estes extremos, que resultou no Brasil Moderno:

- a) extensão do sistema pré-capitalista de produção, com eclosão e expansão do mercado capitalista interno.
- b) setor urbano-comercial expandido e diferenciado
- c) organização do fluxo permanente de renda

Como pressão externa do mercado mundial, o impedimento do aporte de escravos funcionava como desestruturador do poder existente. Porém a burguesia não constituía uma força revolucionária contra a ordem senhorial, que condenava a escravidão, mas antes se identificava material e politicamente com a ordem existente, pois o trabalho livre assalariado era entendido como um desdobramento e prolongamento do trabalho escravo.

Adaptação da “Ordem Social Competitiva”

Segundo Florestan Fernandes, há dois motivos pelos quais a introdução dos valores da impessoalidade, das regras de mercado e da regulação da competição pelas leis especificamente econômicas (que conformam a tese clássica das

estruturas de funcionamento do universo de valores burgueses) não foi assimilada no Brasil, que, ao contrário foram adaptadas.

A primeira é que o crescimento das atividades de mercado interno (portanto, fora do eixo mercantil-exportador) e as atividades industriais que ocorrem em paralelo à atividade-pólo, tiveram que se adaptar a um jogo de forças que não podiam romper, adotando a estratégia de abrir pequenos espaços de acomodação. Como os mecanismos que regiam a atividade exportadora estavam baseados em relações de dominação políticas (em primeiro lugar) e depois econômicas (a lógica extra-econômica), tinha-se por extensão toda uma estrutura de aparelhamento do Estado que subordinava a dinâmica e a iniciativa econômicas e que acabava limitando o raio de ação dos interesses da economia não colonial. A força econômica da atividade colonial, consolidada na dominação senhorial e na apropriação do poder político, vai absorver os impulsos contraditórios da nova economia que se forma, baseada na fragilidade desta e na conseqüente opção de acomodação não resistente, plástica, de quem “*ficava com os proventos que lhe cabia no rateio social*”. A longo prazo, as limitações do padrão de desenvolvimento dependente acelerariam as características especiais assumidas pela burguesia brasileira num padrão histórico específico e muito distante daquele originado nos países de capitalismo genético.

Um segundo traço de “contaminação” do ideário da *ordem social competitiva* no Brasil é a desvalorização do conceito trabalho. Em uma sociedade de origem colonial, a cisão do conjunto societário entre aqueles que detém o poder pela dominação e apropriação do trabalho do outro (senhor) e os escravos, criou uma cultura em que o valor social ou o prestígio aumenta na mesma proporção em que se afasta da cultura do trabalho, personificando uma visão negativa daquele que labora como sendo privado do acesso aos meios ideais de nobreza.

Em ambos os casos, a adequação dos valores fundamentais da *ordem competitiva* à herança dos mecanismos de dominação estamental, impediram a afirmação do *ethos* da empresa privada e da livre iniciativa, submetendo desde logo, os interesses econômicos ao privilégio do monopólio de origem extra-econômica. Para Florestan, a burguesia brasileira – na sua origem – assimilou os mecanismos

de dominação autoritária e autocrática do senhorio colonial, descartando todo o arsenal de idéias que em outros lugares acompanharam o desenvolvimento da burguesia como classe: o ideário liberal, a ética do trabalho, o espírito da competição. No Brasil, sem necessariamente ter de desenvolver nenhum desses valores, ela foi diretamente ao processo de apropriação selvagem tanto das esferas econômicas privadas quanto públicas.

Capítulo 5 – A concretização da revolução burguesa

O conceito de Revolução Burguesa remete a um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial.

A Abolição e a República marcam o início da modernidade, mas sobrevém um período de transição até a consolidação da dominação burguesa, pois a oligarquia não perdeu a base de seu poder e pôde modernizar-se onde isso foi inevitável. A burguesia podia discordar da oligarquia, opor-se a ela, mas dentro do mesmo horizonte cultural, reproduzindo o mandonismo, o particularismo e o conservantismo sociocultural e político (traços que aparecem como algo arraigado, uma “segunda natureza humana”). A mentalidade burguesa conservadora, plasmada em meio à “crise do poder oligárquico”, determinou o padrão de dominação burguesa e foi o pivô na transição para o “Brasil moderno”.

O discurso revolucionário, democrático e nacionalista era moldado, internamente, pelo moderado espírito modernizador da burguesia, e externamente, pela influência modernizadora do capitalismo se restringia à difusão de valores, técnicas e instituições funcionais para a criação de uma “economia capitalista competitiva satélite”. Para Florestan a burguesia brasileira não pôde agir, simultaneamente, para consolidar a transformação capitalista e a revolução nacional e democrática, porque precisava garantir sua continuidade e florescimento como classe dominante nacional de uma economia integrada ao padrão universal de desenvolvimento capitalista.

A partir da década de 50, os dinamismos do capitalismo mundial impuseram, de fora para dentro, o seu próprio tempo histórico. A burguesia brasileira aproveitou avidamente as possibilidades oferecidas e modificou seus laços de associação com o imperialismo. Acreditava-se, após o Plano de Metas, que o estilo de desenvolvimento capitalista (e de industrialização) poderia seguir o modelo francês, apontando para uma revolução democrática e nacionalista. Mas não foi esse o caminho trilhado.

Para entender a mudança política ocorrida na década de 60, é preciso entender o contexto da época e as ameaças ao padrão de dominação vigente. Do ponto de vista da crise do poder burguês, havia 3 forças pressionando por uma nova configuração: a) a pressão externa nascida das empresas multinacionais e do capital estrangeiro; b) a pressão do proletariado e das massas populares; e c) a pressão da intervenção direta do Estado na economia.

O golpe de 64 foi a resposta da burguesia a essa configuração de forças, procurando defender sua posição, garantir a continuidade do *status quo ante* e criar as condições para encetar a penosa etapa de modernização tecnológica e de aprofundamento da acumulação capitalista. A burguesia conseguiu, assim, condições mais vantajosas para estabelecer uma associação mais íntima com o capital financeiro internacional, para reprimir qualquer subversão da ordem e para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês.

A dominação senhorial do século 19 era relativamente monolítica, ao passo que a dominação burguesa vai se configurando, ao longo do século 20, como uma composição heterogênea de poder, elegendo a pressão das massas populares como seu principal inimigo. O caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa, que está na raiz da combinação potencialmente explosiva presente na sociedade brasileira (dependência externa, desigualdade social e subdesenvolvimento), intensificou-se não só porque não existiu outra força social capaz de se opor a ele, mas porque não havia como conciliar o modelo neoimperialista com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática. Assim, a crise do poder burguês não se resolveu mediante a evolução interna do

capitalismo competitivo: atrás da crise política havia uma crise econômica e esta se resolveu com a reorganização do padrão de dominação externa.

A passagem do capitalismo competitivo para o monopolista representou uma nova forma de submissão ao imperialismo. Em nome do desenvolvimento econômico acelerado, ampliou-se e aprofundou-se a incorporação da economia nacional às estruturas capitalistas internacionais de poder. Portanto, no caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo (confluência da economia de exportação com a expansão do mercado interno e da produção industrial) e atingiu sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista.

Capítulo 6 – Natureza e etapas do desenvolvimento capitalista

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem ser distinguidos, conforme Florestan, diferentes tipos de desenvolvimento capitalista, variando tanto no tempo como no espaço.

No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista apresenta os traços típicos das nações tidas como “periféricas e heteronômicas”, fossem ou não de origem colonial. Contudo, dependência e subdesenvolvimento não foram impostos “de fora para dentro”, pois ambos fazem parte de uma estratégia pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento econômico que pretendiam. Como predominam os interesses egoísticos particulares, a Nação não chega a ser definida como o objetivo central das decisões estratégicas, e sim como “recurso” ou “meio”.

O desenvolvimento capitalista brasileiro pode ser dividido em 3 fases:

- 1) eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno (1808-1870);
- 2) formação e expansão do capitalismo competitivo (1870-1955);
- 3) irrupção do capitalismo monopolista (1955-...).

Para avaliar o *mercado capitalista especificamente moderno* é preciso levar em conta três enlaces: o enlace da economia interna com o mercado mundial (a passagem da satelização colonial para a satelização pelos mecanismos do mercado); o enlace do mercado capitalista com as cidades e sua população (revolução urbana); e o enlace do mercado capitalista com o sistema de produção escravista (impossibilidade de disseminação de novas relações no campo).

A formação de uma *economia capitalista competitiva* dependia do grau de difusão alcançado pelo mercado capitalista moderno. A transição que se configurava não era a de uma economia escravista-capitalista neocolonial diretamente para uma economia urbano-industrial avançada. No último quartel do século XIX, a articulação de uma economia urbano-comercial com um sistema de produção escravista deixou de ser uma desvantagem para a evolução global da economia nativa. A transição foi motivada e impulsionada pela mudança de estratégia das nações hegemônicas (especialmente a Grã-Bretanha), que precisavam redefinir os mecanismos de “controle indireto” sobre as economias capitalistas da periferia. Desse modo, o desenvolvimento capitalista induzido de fora para dentro assume um caráter de adaptação aos dinamismos das economias centrais. Isto provoca uma revolução econômica autêntica, mas não no sentido de gerar um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado.

A transformação estrutural e funcional do mercado capitalista moderno provocou profundas repercussões na sociedade brasileira: no plano econômico, o impulso à industrialização (concentração do capital comercial prepara o aparecimento do capital industrial); no plano institucional, ocorre a desagregação da ordem escravista e o advento da “democracia burguesa” (a força revolucionária do mercado se manifesta no surgimento de um novo estilo de vida e na afirmação dos valores liberais). A “crise do antigo regime” tem suas raízes na nova mentalidade econômica, social e política, que serve de pião à irrupção do Povo na cena histórica.

Portanto, em razão de pressões tanto externas como internas, o padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil – apesar de suas limitações intrínsecas – vai gerando as condições estruturais e dinâmicas para o aparecimento de uma economia capitalista competitiva.

O que é específico do caso brasileiro e que constitui um padrão histórico é a *dupla articulação* marcante no padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro: 1) internamente, a articulação do setor arcaico ao setor moderno; e 2) externamente, a articulação do complexo agrário-exportador ao mercado internacional. Essa característica introduzia inibições sistemáticas que reduziam as potencialidades dinâmicas. Nem o mercado, nem o sistema produtivo, suscitaram um movimento que expusesse essa dupla articulação a uma crise irreversível.

Para Florestan, essa dupla articulação impõe a conciliação permanente de interesses díspares e bloqueia a superação da condição de dependência. O desenvolvimento capitalista nessas circunstâncias pode produzir revoluções econômicas, gerar uma estrutura social diferenciada, mas é incapaz de atingir o ponto de ruptura com o padrão de desenvolvimento dependente. Estabelece-se um “circuito fechado”, isto é, a história começa e termina no capitalismo competitivo.

Por outro lado, na periferia, argumenta o autor, a transição do desenvolvimento econômico para um estágio monopolista é um processo muito mais complexo do que fora a passagem para o padrão competitivo. Além dos maiores requisitos econômicos e da necessidade de estreitar a “associação” com o capital estrangeiro, havia a exigência de estabilidade política.

O problema de ingressar no capitalismo monopolista, sob a tutela – então – do imperialismo norte-americano, é que eram negligenciados os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanísticos da ordem social competitiva. A modernização visada sob o lema “desenvolvimento com segurança” dissociava-se do modelo de civilização das nações hegemônicas, o que constituía um obstáculo à transição. Portanto, a passagem ao capitalismo monopolista tornava-se muito mais selvagem na periferia, impedindo qualquer conciliação entre democracia, capitalismo e autodeterminação.

A estratégia da burguesia brasileira, diante do impasse do capitalismo competitivo e do subdesenvolvimento, foi aderir ao novo quadro de influências externas, mantendo as demais condições e introduzindo alterações no controle político que permitissem viabilizar a saída escolhida. A verdadeira dificuldade (a

dupla articulação) foi escamoteada, o que implicou perpetuar a dependência externa e o subdesenvolvimento relativo.

A nova etapa de incorporação às economias centrais, sob o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, proporcionou à burguesia brasileira a oportunidade de resolver a “crise de poder” e dar um salto gigantesco, que permitia revitalizar as bases materiais do poder burguês e revolucionar o modo pelo qual ele se enquadrava, historicamente, como dominação de classe especificamente burguesa.

Outro elemento importante na solução da crise do poder burguês foi a completa mobilização do Estado para assegurar a passagem ao capitalismo monopolista. Em condições de dependência, o desenvolvimento exigia um elevado grau de estabilidade política, que só era possível com uma extrema concentração do poder político estatal.

Por isso, a restauração da dominação burguesa levou, de um lado, a um padrão de desenvolvimento capitalista altamente racional e modernizador, e de outro, a medidas políticas, militares e policiais anti-revolucionárias, que atrelavam o Estado não à clássica versão da democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática de democracia restrita, uma “autocracia burguesa”.

O capitalismo monopolista não eclodiu nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas arcaicas e recicla o que deve ser preservado. Vindo de fora, o “supermoderno” se superpôs a tudo o que existia antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico” – aos quais nem sempre pode destruir e, com freqüência, precisou conservar, porque serviam como fonte de acumulação primitiva de capital. Além disso, com o capitalismo monopolista aprofundam-se as desigualdades econômicas, sociais e políticas. E o elitismo, que penetrara tão fundo no controle da economia competitiva, renasce com a emergência da economia monopolista.

Com o “capitalismo industrial”, não é só o poder burguês que se restaurou e se recompôs, mas, simetricamente, o Povo mudou de configuração estrutural e

histórica, e o proletariado adquiriu um novo peso econômico, social e político na sociedade brasileira, produzindo mudanças profundas nos mecanismos de consciência de classe. Pela primeira vez na história do país, os assalariados em geral e as classes operárias em particular deixaram de ser meros instrumentos e “vítimas-mudas passivas” do desenvolvimento capitalista. A defesa dos interesses e aspirações dessa classe assalariada abriu a possibilidade do desenvolvimento brasileiro adquirir alguma faceta nacional e democrática.

Capítulo 7 – O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista

A Revolução Burguesa na periferia é um fenômeno essencialmente político, de criação e preservação das estruturas de poder predominantemente políticas. Alguns falam em “revolução frustrada”, mas é importante entender que a burguesia nesses países só quer, nas palavras de Florestan, “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore”.

Nessas condições, o autor observa a coexistência de revoluções antagônicas. A Revolução Burguesa “retardatária” combina o movimento de modernização (que esgota suas possibilidades sem conseguir alcançar os padrões preexistentes nas nações centrais) com o movimento de autodefesa e preservação da ordem (que assume uma forma contra-revolucionária).

Florestan elenca quatro temas estratégicos para a análise: a) dominação burguesa e transformação capitalista; b) contra-revolução prolongada e aceleração da história; c) estrutura política da autocracia burguesa; e d) persistência ou colapso da autocracia burguesa? A estes temas correspondem as seções que compõem o último capítulo do livro.

A dupla articulação não cria apenas o modelo de transformação capitalista, cria também uma forma típica de dominação burguesa. Quando a crise de transição atingiu o ápice, a burguesia brasileira definiu sua opção por um “desenvolvimento acelerado” e por uma “revolução institucional”, o que continuou circunscrevendo a

“revolução nacional” à conjugação orgânica de desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa. Trata-se de uma atitude política “realista” e “pragmática”, que demonstra a “racionalidade burguesa”. A Primeira República e a Revolução de 64 não são as únicas evidências empíricas dessa interpretação. A Revolução liberal de 30, o Estado Novo, os governos “nacional-desenvolvimentistas” de Vargas e Juscelino palmilharam a mesma rota, embora pareçam exceções que confirmam a regra.

A revolução nacional, portanto, fica delimitada dentro de um “circuito fechado”. Configura-se um despotismo burguês e uma clara separação entre sociedade civil e Nação. O desenvolvimento beneficia a parte “esclarecida” e “ativa” da sociedade civil, ao passo que a Nação se converte numa “ficção legal útil”. Para que a revolução nacional pudesse romper esse circuito, seria necessário que a burguesia rompesse os próprios mecanismos de dominação que haviam sido fortalecidos. Seria preciso, também, que ela se despojasse de sua “segunda natureza”, porque era difícil extrair o “*ethos* burguês” do cosmos patrimonialista em que ele fora inserido, graças a quatro séculos de tradição escravista e de um tosco capitalismo comercial. As ideologias e utopias importadas da Europa, em meio ao horizonte cultural da sociedade, por todo esse tempo, se transformavam em ilusões difundidas por diferentes segmentos sociais, mas não se enraizavam na sociedade brasileira.

Entre o final da I Guerra e o final da década de 50, os parâmetros da dominação burguesa foram sendo redefinidos em função das alterações no padrão de desenvolvimento do sistema capitalista e o Estado nacional ocupou um papel central nesse processo. A “modernização dirigida” tendeu a deslocar a lealdade à Nação em favor da lealdade a causas abstratas, como a “solidariedade às nações democráticas” ou a “defesa da civilização cristã e ocidental”.

Os conflitos com as classes antagônicas, ao serem estigmatizados, postos “fora da ordem” e sufocados por meios repressivos e violentos, perderam sua conexão com a revolução nacional e democrático-burguesa, sendo capitalizados pela própria burguesia. Ao defender a “ordem”, as classes dominantes aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma “ditadura

preventiva” e para privilegiar o seu poder real, como se este fosse uma encarnação da ordem “legitimamente estabelecida”.

A crise do poder burguês, diante dos três focos de pressão (os “fantasmas”: a. os movimentos nacionalistas e antiburgueses, b. a aparente perda de controle sobre o Estado, e c. o enfraquecimento de *status* perante o avanço dos capitais internacionais), não resultou em conduzir para uma consolidação da democracia. Ao contrário, os estratos da classe burguesa se viram empenhados em resolver o “problema da ordem”, sendo, contudo, impotentes para resolver tal problema “dentro da ordem”. O “colapso do populismo” constitui, em sua essência, um colapso da ordem pseudo-democrática (burguesa) que o engendrara. Ou seja: não existia uma democracia burguesa fraca, mas uma “autocracia burguesa dissimulada”.

A “aceleração da Revolução Burguesa” (efeito da industrialização intensiva e da eclosão do capitalismo monopolista) só pode levar ao incremento das desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. Note-se que a revolução econômica foi divorciada da revolução nacional. E que a burguesia patrocinou um intervencionismo estatal *sui generis*. Em outras palavras, o poder público, controlado pela iniciativa privada e a serviço da modernização econômica, constituiu um “capitalismo dirigido pelo Estado” que é incapaz de elevar a nação a uma posição autônoma e soberana.

O consenso burguês concilia a tradição brasileira (de “democracia restrita”) com a orientação modernizadora (de “governo forte”). A ordem legal e política se mantém “aberta” e “universal”, preservando os valores que consagram o Estado de direito. No entanto, a eficácia dos direitos civis e das garantias políticas acaba sendo regulada, na prática, por critérios extrajudiciários e extrapolíticos. O Estado nacional se converte em “superentidade política” e se afirma como fonte de autoridade sagrada e como centro de poder absoluto, transcendendo assim sua debilidade congênita.

4. Notas sobre as reflexões da crítica

Florestan Fernandes é um dos sociólogos brasileiros mais conhecidos e discutidos, dentro e fora do Brasil. Sua obra tem suscitado estudos e tem produzido desdobramentos teóricos sobre um conjunto amplo de análises sobre os mais diversos objetos nas ciências sociais, principalmente – e naturalmente – no Brasil.

Mesmo os críticos de suas teses reconhecem a consistência e a lógica conceitual rigorosa que preside suas análises, mesmo quando ele incorpora conceitos de autores diversos da sociologia clássica, uma vez que o faz sem abandonar a linha central de seu método de análise. Por exemplo, ao utilizar o conceito de “*patrimonialismo*”, tipicamente weberiano, para uma análise do comportamento social das classes dominantes (no sentido marxista) no Brasil.

Exatamente por isso, a maioria das críticas se faz numa posição “externa”, isto é, (a) ou confrontando a teoria construída com as evidências do processo histórico (com a “prática”), ou (b) fazendo a crítica do método em seu conjunto, ou seja, fazendo a crítica do marxismo-historicista de que se serve Florestan Fernandes.

Do primeiro tipo, são as críticas oriundas da própria esquerda intelectual, que levanta dúvidas sobre a concepção de “revolução burguesa” presente no texto de Florestan ou quanto à inadequação do conceito de “dependência” para expressar a relação entre centro e periferia do capitalismo ou mesmo a imprecisão do conceito de “burguesia”.

Do segundo tipo, seriam as críticas mais recentes – fundadas na “nova história” – que procuram relativizar o valor da obra a partir de seu caráter de ensaio interpretativo, argumentando sobre a insuficiência dos dados empíricos sobre os quais Florestan sustentaria suas teses.

Por fim, fora ainda da crítica historiográfica e sociológica, mais propriamente no campo da política com que se articulava Florestan Fernandes, restaria um questionamento aos cenários que ele aponta no final de seu livro: autonomização da burguesia nacional ou revolução socialista.

Na crítica das críticas, pode-se ponderar que:

1. o conceito de revolução com que trabalha Florestan não é o conceito clássico, o que é expresso claramente desde suas primeiras páginas. Um dos esforços teóricos fundamentais do livro é tentar re-estudar este conceito, propondo-lhe um significado novo em relação a casos históricos similares ao Brasil;
2. da mesma forma, o conceito de dependência em “A Revolução Burguesa no Brasil” está coerentemente re-significado a partir de sua noção de “dupla articulação”, que concebe a burguesia brasileira não como uma mera “subsidiária” do grande capital internacional, mas como uma classe social que interage externamente e internamente no sentido de assegurar seu poder que está vinculado ao capital internacional, mas não de forma passiva, e na condição de classe social que é também sujeito histórico coletivo.
3. o subtítulo de “A Revolução Burguesa no Brasil” é: “ensaio de interpretação sociológica”. Portanto, suas fontes de pesquisa devem estar (e estão) assentadas sobre a pesquisa historiográfica. Entretanto, não constitui, o próprio livro, uma pesquisa histórica; Florestan Fernandes serve-se de outros autores e pesquisas e o faz num período em que a pesquisa historiográfica no Brasil não havia atingido o patamar atual. Ainda assim, é necessário avaliar a obra em sua totalidade de conteúdo e sentido, ainda que alguns elementos históricos de sua análise possam ser questionados.
4. finalmente, sobre os cenários apontados por Florestan ao final de seu livro. É possível que sua preocupação em analisar com todo rigor possível a dinâmica do capitalismo brasileiro a seu tempo, o tenha levado a descuidar-se dos cenários possíveis do sistema capitalista global, ao qual – segundo sua própria tese – articula-se o capitalismo no Brasil e a burguesia brasileira. Em outras palavras: os cenários previstos por Florestan não vislumbravam transformações de vulto no capitalismo mundial, o que começava a ocorrer ainda muito lentamente (e mais tarde aceleradamente)

no período em que ele publicava seu livro (1976). Neste sentido, suas previsões de cenário descuidaram da dinâmica de um dos pólos de seu “circuito fechado”, da “dupla articulação” do capitalismo e da burguesia brasileiros.

5. Bibliografia.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio: Zahar, 1987 (3ª ed.)

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio: Zahar, 1968.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. SP: Dominus & Edusp, 1966.

D'INCAO et alii. **O Saber Militante**. SP: Paz e Terra, 1986.

IANNI, Otávio (org.). **Florestan Fernandes – Sociologia** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). SP: Ática, 1992